

CGTP: ?É tempo de acabar com a subsidio-dependência dos patrões?

17 de Janeiro, 2017 - 08:57h

A CGTP critica a medida do Governo e apela ao Presidente da República a que não promulgue a redução da Taxa Social Única (TSU) paga pelas empresas, sublinhando que o custo da medida é de 120 milhões de euros.

"Apelamos ao Presidente da República (PR) para que não promulgue o documento [decreto-lei de descida da TSU paga pelas empresas] e que analise os pareceres dos parceiros sociais sobre a matéria" declarou Arménio Carlos em conferência de imprensa nesta segunda-feira, em Lisboa. Para a CGTP, ?o Salário Mínimo Nacional (SMN) não pode servir como moeda de troca para manter as empresas numa situação de subsídio-dependência da Segurança Social e do Orçamento do Estado?.

Baixa da TSU estimula modelo assente em baixos salários

A central sindical aponta que a medida do governo do PS de reduzir a TSU paga pelas empresas ?estimula a continuação do modelo assente em baixos salários, uma vez que não só mantém como acentua a redução da TSU para os patrões, abrindo caminho à sua eternização, com pesados custos para a Segurança Social e o Orçamento do Estado?.

Sublinha ainda que a medida do governo alarga significativamente o âmbito de aplicação da descida da TSU, ?ao abranger trabalhadores que auferiam remuneração ligeiramente superior ao salário mínimo anteriormente em vigor (€530), desde que inferior ao valor actual de €557, bem como aos trabalhadores que auferiam valores salariais até 700 euros, desde que a diferença para a retribuição base resulte da prestação de trabalho suplementar e/ou nocturno?.

A central aponta também que a medida incentiva a contratação de trabalhadores que recebem o SMN, ?promove o bloqueamento patronal à negociação da contratação coletiva? e ?é responsável? por 21% dos trabalhadores receberem o SMN. ?O SMN não se pode tornar na referência salarial em Portugal?, aponta a organização.

?Premeia a generalização da precariedade?

A CGTP destaca também que a medida do governo ?ao aplicar a redução da TSU a todos os tipos de contratos celebrados em 2016, incluindo os com vínculo precário e o trabalho parcial? acaba por premiar a precariedade .

A central denuncia ainda que a medida ?usa e abusa da Segurança Social, ao desviar para o

patronato, as contribuições que constituem receitas legalmente consignadas ao financiamento das prestações sociais incluídas no sistema previdencial e ainda de políticas activas de emprego e de valorização profissional?.

A central critica ainda o facto de a Segurança Social não só assumir todos os custos em 2017, como apenas será ressarcida em 50% no ano de 2018? e lembra que com a descida da TSU é também questionada a posição conjunta do PS com o PEV, considerando o compromisso expresso que 'não constará do programa do Governo qualquer redução da TSU das entidades empregadoras'?

Na conferência de imprensa, Arménio Carlos salientou que a descida da TSU prejudica a sustentabilidade da Segurança Social, realçando que a redução de 1,25 pontos percentuais na contribuição das empresas vai custar à Segurança Social cerca de 120 milhões de euros.

Arménio Carlos sublinhou ainda que o decreto-lei do Governo revela que "este prejuízo será, este ano, totalmente suportado pela Segurança Social".

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/cgtp-e-tempo-de-acabar-com-subsidio-dependencia-dos-patroes/46491?page=0>